



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
- COMISSÃO TEMÁTICA ENSINO, CULTURA, ASSOCIATIVISMO E COMUNICAÇÃO SOCIAL -

Ata da reunião ordinária da Comissão Temática “CEPECACS” realizada em Lisboa na Assembleia da República (AR) a 19 e 20 de Setembro de 2018.

Conselheiras e Conselheiros presentes:

- Silvia Renda
- Maria Alzira Silva
- Helena Rodrigues
- Fernando Campos Topa
- Manny Viegas
- Paulo Marques (a partir das 15h00)
- Alfredo Stoffel

Início dos trabalhos: 19.09.2018, 09h15 no Auditório Almeida Santos

O Secretário de Estado das Comunidades (SECP), o Presidente do Conselho Permanente do CCP (CP-CCP) e os Coordenadores das Comissões Temáticas abriram os trabalhos agradecendo aos membros das Comissões Temáticas (CT) a disponibilidade de estarem presentes e o trabalho realizado nos últimos 12 meses.

No seu discurso inicial o SECP foca alguns pontos da política do governo para as Comunidades:

- Apoio ao regresso de emigrantes através de um fundo de apoio ao Investimento
- Ingresso de luso-descendentes no Ensino Superior (3000 lugares)
- Alteração à lei eleitoral; Programa para informar o cidadão sobre as novas bases do sistema de recenseamento; A mais importante alteração à participação cívica (os números de recenseados aumentaram de aprox. 300 mil para aprox. 1,40 milhões)
- Reforço de pessoal para os postos diplomáticos (foram enumerados os postos e os lugares a serem preenchidos)

Continuação dos trabalhos na Sala 10 do 3º andar da AR

1) Visita dos representantes do Camões IP, Dr. João Neves e Dra. Madalena Arroja

Abordagem diferenciada sobre a situação do EPE nos diversos continentes visto pela perspetiva dos Conselheiros(as)

- A “propina” continua a ser um elemento desmotivador no EPE considerando que os alunos portugueses não só são penalizados face a alunos estrangeiros como também, consoante a escola em que o EPE seja ministrado os alunos podem ter (ou não !) que a pagar.
- Tendo em conta a situação específica da Venezuela, os emolumentos cobrados pelos/para os exames não deviam ser cobrados até que a situação económica se estabilize.
- As Coordenações devem ter um papel “mais pro-ativo” no relacionamento Camões IP – Comunidade – Autoridades Locais no país de acolhimento
- A uniformização do ensino de português tem obrigatoriamente que ter em conta

as realidades de cada país / continente e os níveis linguísticos das nossas comunidades.

- Quais as características da aprendizagem do Português como língua internacional ou como língua de herança

O Dr. João Neves aborda os temas acima mencionados pelos conselheiros, afirmando que conhece bem o tema e tem plena consciência dos problemas e dificuldades existentes no terreno.

- O Camões IP como motor da internacionalização da língua portuguesa
- A promoção da língua portuguesa em contextos / projeções internacionais
- A língua portuguesa como fator de “gerar riqueza”
- Promoção da língua portuguesa virada para a ciência e investigação
- A implementação da língua através de parcerias com Estados / Entidades Oficiais mas também com estruturas da comunidade – por exemplo através de parcerias com o movimento associativo
- Os manuais não devem ser considerados como uma cartilha; as necessidades devem ser avaliadas pelos docentes. Neste casos, a interação com as Coordenações são de suma importância.

2) Eleição do Coordenador e do Secretário da Comissão Temática “CEPECACS”

Fernando Topa e Alfredo Stoffel foram propostos para os cargos de Coordenador e Secretário. Foi acordado que o método de votação seria de braço no ar.

Os propostos foram eleitos com 6 votos a favor (0 votos contra e 0 abstenções); ambos aceitam o lugar.

3) Visita de cortesia do Deputado Carlos Gonçalves

4) Visita da Assessora do Presidente da República Dra. Maria João Ruela

- O Coordenador Fernando Topa faz o resumo dos temas a apresentar à Dra. Ruela
- Ponto da situação na Venezuela
- O declínio do associativismo
- O Ensino de Português no Estrangeiro
- Melhorar a visibilidade do CCP através da Comunicação Social

A Dra. Ruela agradece o convite que lhe foi dirigido e menciona que não compete à Presidência da República, mas sim ao Governo, fazer as políticas para as Comunidades. No entanto o Presidente da República acompanha com muita atenção os problemas que têm a ver com as Comunidades Portuguesas.

- Apresenta uma estatística sobre as informações que chegaram (por parte das Comunidades) à Presidência da República. Considerando o universo da emigração, os pedidos de informação podem ser considerados ínfimos. Na totalidade foram 912 mensagens, das quais 27 foram convites, 212 queixas, 184 pedidos de ajuda ou de informação, etc. Uma grande parte das questões enviadas à PR tem a situação da Venezuela como pano de fundo.
- Muitos dos pedidos endereçados à Presidência da República não são da

competência da mesma. Esta situação leva a crer que há pouco conhecimento sobre as competências / funções do Presidente da República / Presidência da República

- A situação na Venezuela é um assunto muito delicado e complexo que está a ser acompanhado com muita atenção pelo Presidente da República.
- O declínio do Associativismo e a falta de visibilidade do CCP na Comunicação Social são temas que devem ser debatidos no seio do CCP

O presidente do CP-CCP menciona que o relacionamento institucional entre o CCP e o Conselho da Diáspora (este sob a tutela do Presidente da República) deve ser mais intensificado, embora as competências sejam diferentes.

5) Visita do SE do Emprego Dr. Paulo Feliciano

- Situação na Venezuela
- Projeto de Formação Profissional no sistema dual; a internacionalização da língua portuguesa também passa pela via profissionalizante

6) Apresentação do Conselheiro Paulo Marques aos restantes membros da CT e vice-versa.

O Conselheiro Paulo Marques explicou as suas funções no CCP e a forma como foi nomeado para o Conselho de Opinião da RTP; um resumo do seu trabalho no Conselho de Opinião vai anexado a esta ata.

7) Visita do Presidente da Agência LUSA Dr. Nicolau Santos

- Apresentação da Agência LUSA; rede de colaboradores que acompanham as Comunidades. Parceria com o Estado Português por um período de 3 anos, renovável.
 - Serviços da LUSA para as Comunidades: em 55 missões diplomáticas, 46 rádios, 76 órgãos da comunicação social, 1210 “serviços LUSA” em vídeo ou audio
 - A LUSA acompanha os representantes do Estado, dos Partidos políticos, etc. Há também um serviço nos países de acolhimento.
 - O relacionamento com as Comunidades Portuguesas é bom
 - O CCP deve partilhar mais sobre as suas atividades e ser mais pro-ativo no seu relacionamento com a Agência
 - Considerando que a informação é hoje algo de muito rápido deve-se ter em conta que os acontecimentos têm que ser relatados de imediato; respostas e reações a acontecimentos importantes têm que ser dadas em tempo útil.
 - O Conselheiro Fernando Topa questiona: seria possível criar uma “plataforma” de modo às informações atingirem os seus objetivos e serem por isso mais frutíferas para a Comunidade?
 - O Presidente do CP-CCP questiona se seria possível dinamizar a informação de modo a visibilizar mais o trabalho da LUSA criando um “Hyperlink” entre o site do CCP e a Agência LUSA?
- Visto que faz um trabalho público para o País e para as Comunidades há que

sensibilizar os Conselheiros para apoiar o trabalho dos colaboradores espalhados pelo mundo. Que medidas a longo prazo estão a ser tomadas? Que tipo de trabalho menos noticioso mas de importância para as Comunidades está a ser desenvolvido?

- A Conselheira Silvia Renda questiona: Tendo em conta a alteração ao recenseamento eleitoral há uma grande necessidade de prestar / fornecer mais informação e esclarecimento. Que tipo de parcerias devem ser feitas de modo a, não só, dar mais visibilidade à importância da participação cívica, mas também a realçar a sua importância e impacto nas Comunidades
- O Dr. Nicolau Santos faz uma pequena análise sobre o mundo das notícias, sobre o declínio da imprensa tradicional (em papel), a China como potência emergente e a longo prazo um parceiro muito importante
- O Conselheiro Paulo Marques deixa o alerta sobre a dinâmica empresarial por parte das Comunidades; o acesso dos Conselheiros aos serviços da LUSA através de um “patamar de ligação” informativa.
O Conselheiro Paulo Marques deixa bem claro que falar das Comunidades pode ser para a imprensa nacional um grande gerador de mais valia.
- A proposta de dar uma senha de acesso (senha pessoal) aos Conselheiros das Comunidades é considerado positivo; esta senha pessoal seria só para uso pessoal e sem fins lucrativos
- A Conselheira Maria Alzira Silva informa que na cidade do Rio de Janeiro, a Rádio Metropolitana tem aos sábados (das 08h00 às 19h00) e domingos (das 08h30 às 12h00) uma programação virada para a música portuguesa; a comunidade luso-brasileira sugere a divulgação dos trabalhos desta comunicação social. A Conselheira mencionou também que estes programas sofrem com a falta de incentivos financeiros e com o cancelamento ou a não renovação dos contratos publicitários. Segundo a Conselheira este tipo de atividade na emissão radiofónica vem ao encontro das prioridades com histórias da comunidade mencionada pelo Dr. Nicolau Santos.
- O Dr. Nicolau Santos disponibilizou o seu contacto: 00351 966 194 211

8) Visita dos representantes da RTP, Dr. José Fragoso e Dr. Luis Costa

- A televisão como porta de entrada na casa das pessoas! Tendo isso em consideração é importante que se tenha um serviço de informação / programa televisivo virado para as Comunidades.
- É importante considerar que necessitamos de campanhas de informação e de esclarecimento (p.ex. sobre o recenseamento), de incentivo à participação cívica, de campanhas pré-eleitorais
- O CCP deve ser pro-ativo no que respeita à informação que deve ser desenvolvida pela RTP-I
- O Conselheiro Paulo Marques menciona a orientação da RTP-I, argumentando que as notícias nas e para as Comunidades é algo que gera mais valia e a relação de proximidade RTP I – Comunidades só pode ter a ganhar com este tipo de parcerias.
Paulo Marques parabenizou o serviço feito até à data com os programas que fazem a ponte entre “o que cá e lá” é visto
- Contactos dos representantes da RTP:
Jose.Fragoso@rtp.pt; Luis.M.Costa@rtp.pt



- 9) Visita do Prof. Rui Pena Pires, Coordenador do Observatório da Emigração
- O Conselheiro Alfredo Stoffel explica o porquê do convite endereçado ao Prof. Rui Pires considerando que é um tema que não está diretamente ligado com a CT
Como funciona o Observatório? Que tipo de informações são importantes para analisar os movimentos migratórios? Quem fornece as informações? Que tipo de ensinamentos nos são fornecidos?
 - A emigração do sec. XXI é essencialmente uma emigração europeia concentrada maioritariamente em 5 países (França, Espanha, Alemanha, Reino Unido e Suíça)
 - A influência do BREXIT na movimentação dos emigrantes. É provável que 50 % dos “novos” emigrantes no Reino Unido vá para outros países da UE.
A emigração continua a ser um tema; a relação causa-consequência tem a ver com melhores ou piores dados do mercado de trabalho (mais ou menos emprego)
 - Não é possível neste momento fazer uma análise sobre se o trabalho do Observatório é ou não profícuo para as comunidades (p.ex. para o Associativismo, para o Ensino do Português, etc.). Este tipo de análise terá que ser feita num futuro próximo

10) Encontro com Carlos Pereira via Skype

- A Imprensa e a Comunicação Social nas Comunidades ou “ Quem não é visto não é sentido”
- É imperativo dar visibilidade às Comunidades
- Deve-se exigir ao Governo e à DGACCP que disponibilize meios que garantam o financiamento do atividades jornalísticas nas Comunidades (jornais, revistas, rádios, etc.); verbas do FRI poderiam ser usadas para financiar estes projetos.
- Em breve será criada uma plataforma jornalística virada para as Comunidades (das e para as Comunidades); Carlos Pereira dará em breve mais informações.

11) Encontro com a Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros presidida pelo Deputado Carlos Gonçalves

- Os Coordenadores apresentam os tópicos considerados importantes e validados nas respetivas Comissões Temáticas
- O Conselheiro Paulo Martins questiona sobre o recenseamento automático,
 - a participação eleitoral e o voto eletrónico,
 - a otimização do modelo de voto;em nome da CT, propõe a participação de um Conselheiro na Comissão Nacional de Eleições (CNE)

O Conselheiro Fernando Topa questiona sobre a internacionalização da Língua Portuguesa no sistema profissionalizante

- (considerando que o movimento associativo “clássico” está em franco declínio) quais são as medidas legislativas contempladas pela AR em prol do movimento associativo nas Comunidades?
- de que modo é que a comunidade portuguesa na Venezuela está a ser

acompanhada pela AR?

O Conselheiro António Freitas questiona sobre o que se tem feito

- contra a dupla tributação
- para reconhecer os não residentes como parceiros privilegiados junto dos países de acolhimento
- para dar apoio à habitação
- para resolver as barreiras que travam o reconhecimento de diplomas e currículos obtidos no estrangeiro

- **A deputada Carla Cruz (PCP) diz que as questões não são novas. A discussão tem que ser feita no GP do PCP e ter em consideração as orientações do partido; a deputada não toma uma de posição sobre os temas apresentados. O PCP não abdica da interpretação que faz sobre a situação na Venezuela**

O deputado José Cesário (PSD) foca em primeiro lugar a alteração à lei eleitoral. Devemos ter em conta que a participação eleitoral será decisiva para levar este projeto a bom termo

- a crise na Venezuela é preocupante mas há outros problemas que merecem ser seguidos com atenção: Angola, Moçambique, Africa do Sul, Reino Unido e o Brexit, etc.
- a degradação da rede diplomática e do EPE
- a importância do Associativismo e Formação de Dirigentes Associativos

O deputado Paulo Pisco foca a Venezuela como tema sempre presente na AR

- o Brexit “é ainda um problema muito grave com um desfecho imprevisível”
- a política da administração Trump é um fator de destabilização internacional
- o incentivo ao regresso dos emigrantes proposto pelo Secretário Geral do PS e Primeiro Ministro. É importante que haja um debate profundo sobre esta matéria.

O deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) foca a crise na Venezuela

O deputado Paulo Neves (PSD-Madeira) foca a crise na Venezuela. Segundo ele é chegado o momento de se deixar de falar em “apoio” para passar a fazer propostas concretas para resolver determinadas situações pontuais e fazer propostas para sair da crise. A crise na Venezuela pode ser também interpretada como uma oportunidade tendo em conta o empreendedorismo da nossa comunidade aí residente.

O deputado Carlos Páscoa foca também a crise na Venezuela e a linha de apoios sociais existentes

O deputado Carlos Gonçalves foca o voto eletrónico, as situações de reforma e o SNS

O Presidente do CP-CCP foca a necessidade de melhorar a interação Comunidades – Governo – Instituições da República

12) Encontro com o Diretor Geral da DGACCP, Embaixador Julio Vilela

- A Venezuela com os seus problemas específicos
- A dupla tributação
- A situação no Brasil
- As alterações ao regime do Recenseamento Eleitoral e exercício do direito de voto no estrangeiro (ver anexo)
- 60 % das pessoas recenseadas no estrangeiro dividem-se por 5 países entre eles Alemanha, Brasil e França
- Para a AR o voto pode ser feito de forma presencial ou por correio
- O trabalho de todos os grupos envolvidos é agora de extrema importância; há que ter em conta que o aumento da abstenção seria contraprodutivo.

13) Sessão de encerramento com o SECP

- A nova lei do recenseamento e as responsabilidades dos grupos envolvidos (Governo, Partidos, Deputados, CCP, Comunidades, etc.); abrem-se novas oportunidades para as Comunidades
- Reforço dos Recursos Humanos na rede diplomática
- Acordo com a RTP e a DGACCP sobre temas válidos e importantes para as Comunidades. Já foram gravados 6 programas
- O Governo está a desenvolver com o Governo Regional da Madeira programas de apoio à comunidade portuguesa na Venezuela. Informações específicas serão dadas a conhecer mais tarde
- Considerando que em 2019 haverá eleições legislativas o SECP pede para o CP-CCP ponderar sobre um prolongamento do mandato por alguns meses; assim as eleições para o CCP poderia ter lugar no primeiro semestre de 2020

Alemanha, Sassnitz, 30.09.2018

f.d.R. Alfredo Stoffel, Secretário da CT Ensino, Cultura, Associativismo, Comunicação Social

Fernando Campos Topa, Coordenador da CT Ensino, Cultura, Associativismo, Comunicação Social



Conselho das Comunidades Portuguesas

**REUNIÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO, DA
CULTURA, DO ASSOCIATIVISMO E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (CEPECACS)
19 E 20 DE SETEMBRO DE 2018**

QUARTA-FEIRA, DIA 19 DE SETEMBRO

09h15m – 09h50m

Abertura dos trabalhos com a intervenção de:

- Sua Excelência o Secretário de Estado das Comunidades Doutor José Luís Carneiro.
- Sr. Embaixador Dr. Júlio Vilela da DGACCP.
- Presidente do CP/CCP Flávio Martins (Plano de ação trienal do CCP).
- Coordenadores 3 Comissões temáticas CCP: Antonio de Freitas, Fernando Campos e José Duarte.

10h00m – 11h50m

Reunião das três Comissões Temáticas

12h00m – 12h45m

Início dos trabalhos da CEPECACS

- Aprovação das Atas (reuniões on-line, 2017/2018), análise das atividades realizadas e discussão de pontos de interesse.

13h00m

Almoço

14h00m – 14h45m

- Encontro com o Exmo. Senhor Dr. Luís Faro Ramos, Presidente do Instituto Camões, participará na reunião o vogal do Conselho Diretivo do Camões com responsabilidade da língua e cultura, o Dr. João Laurentino Neves.
- Conclusões do encontro.

15h00m – 15h45m

- Encontro com o Exmo. Senhor Dr. Miguel Cabrita, Secretário de Estado do Emprego (a confirmar).
- Conclusões do encontro.

16h00m

Coffee Break

16h30m – 17h15m

- Encontro com a Exma. Senhora Dra. Maria João Ruela, Assessora Social da Presidência da República.
- Conclusões do encontro.

W



Conselho das Comunidades Portuguesas

**REUNIÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO, DA
CULTURA, DO ASSOCIATIVISMO E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (CEPECACS)
19 E 20 DE SETEMBRO DE 2018**

17h30m – 18h15m

- Encontro com o Exmo. Senhor Dr. Miguel Cabrita, Secretario de Estado do Emprego (a confirmar).
- Conclusões do encontro.

19h00m

Encerramento e jantar.

QUINTA-FEIRA, DIA 20 DE SETEMBRO

09h00m – 09h45m

- Encontro com o Senhor Dr. Nicolau Santos, Presidente da Agencia Lusa.
- Conclusões do encontro.

10h00m – 10h45m

- Encontro com o Exmo. Senhor Luis Costa Subdiretor RTP Internacional.
- Conclusões do encontro.

11h00m – 11h45m

- Encontro com o Exmo. Senhor Professor Rui Pena Pires, Coordenador Executivo do Observatório da Emigração.
- Conclusões do encontro.

12h00m – 12h45m

- Videoconferência (Skype - sujeita a disponibilidade de Internet na AR) com o Exmo. Senhor Carlos Pereira (Lusojornal) representante da plataforma dos órgãos da comunicação social da diáspora.
- Conclusões do encontro.

13h00m

Almoço

14h15m – 15h45m

- Reunião das Comissões Temáticas em conjunto com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

W



Conselho das Comunidades Portuguesas

**REUNIÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO, DA
CULTURA, DO ASSOCIATIVISMO E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (CEPECACS)
19 E 20 DE SETEMBRO DE 2018**

16h00m

Coffee Break

16h15m – 17h15m

- Reuniões em conjunto das Comissões Temáticas com o embaixador Dr. Júlio Vilela, Diretor-Geral da DGACCP.

17h30m – 17h55m

- Conclusões finais. Elaboração e aprovação dos Pareceres e da Acta final.

18h00m

Reunião conjunta de Encerramento

Intervenção de:

- Sua Excelência o Secretário de Estado das Comunidades Doutor José Luís Carneiro.
- Presidente do CP/CCP Flávio Martins.
- Coordenadores das três Comissões Temáticas CCP.

W

Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S.A

Paris, 19 setembro 2018

Caras e Caros Conselheiros das Comunidades Portuguesas

Caras Colegas, caros colegas,

Tenho o prazer de vos enviar uma nota sobre a minha participação ao Conselho de Opinião da RTP.

A pedido do Presidente do Conselho das Comunidades, o Conselheiro Flavio Martins e do Conselho Permanente, aceitei integrar o Conselho de Opinião da RTP que nunca tinha tido a presença de qualquer membro do CCP devido a dificuldade de deslocamento.

As matérias tratadas são as previstas por Lei [ver temáticas na agenda que segue] como dar parecer sobre os contratos de concessão de serviço público de televisão e de radiodifusão e os planos e bases gerais da atividade das sociedades participadas que explorem os serviços de programas integrados nos mencionados serviços públicos.

As reuniões deviam inicialmente serem 6 por ano no entanto tiveram a frequência de 17 por ano, marcadas com uma semana de antecedência. Este modo de organização, previsto por Lei, solicita uma grande ginástica na organização da agenda.

Para assumir a participação nas reuniões do CO da RTP, a minha deslocação é feita num só dia, no dia da reunião. Saindo às 6h00 da manhã de Paris para Lisboa e com regresso às 22h30 a Paris aeroporto de Charles-De-Gaulle. Esta organização permite-me participar a todas as reuniões (faltei três reuniões com a devida justificação).

Neste documento segue as datas das reuniões com a devida ordem de trabalhos.

Esperando ter contribuído para um melhor conhecimento da função do Conselheiro de Opinião da RTP,

Queiram aceitar os meus sinceros cumprimentos

Paulo Marques

CCP França

Vice-Presidente Câmara Municipal de Aulnay-sous-Bois

00 33 6 20 02 94 47

Saiba ainda mais : <http://media.rtp.pt/empresa/orgaos-sociais/conselho-de-opinioao/>

Reunião 17 e 18 de Novembro de 2016, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um - Eleição, nos termos da alínea r) do artº 31º dos Estatutos da Empresa, dos dois (2) membros a cooptar pelo Conselho de Opinião (CO);

Ponto Dois - Eleição do Presidente do Conselho de Opinião (CO), nos termos da alínea i) do artº 32º dos Estatutos da Empresa.

Reunião 29 e 30 de Novembro de 2016, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um – Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento relativo ao ano de 2017, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 32º dos Estatutos da Empresa.

Ponto Dois – Emitir parecer vinculativo sobre as personalidades indigitadas para os cargos de provedores do telespetador e do ouvinte, nos termos da alínea K) do nº 1 do artº 32º dos Estatutos da Empresa.

Reunião 16 de Dezembro de 2016, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Audições com os Conselho Geral Independente (CGI) e Conselho de Administração.

Reunião 05 de Janeiro de 2017, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: parecer sobre a Proposta de Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Rádio e Televisão

Reunião 20 de Janeiro de 2017, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um – Deliberação sobre a escolha do Provedor do Ouvinte.

Ponto Dois – Audição de Diretores da RTP. Audição dos Diretores e Subdiretores dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira, Audição dos Diretores da Antena 2 e da Antena 3.

Reunião 03 de fevereiro de 2017, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Deliberar sobre o fundamento da Votação do Candidato a Provedor do Ouvinte.

W

Reunião 2 de maio de 2017, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Análise, discussão e votação do Parecer ao Relatório e Contas da RTP, S.A., referente ao Ano de 2016.

Reunião 4 de julho de 2017, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – “Analisar e dar Parecer sobre o Relatório de Cumprimento das Obrigações de Serviço Público de Rádio e Televisão e do Projeto Estratégico de 2016”.

Reunião 18 de setembro de 2017, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Deliberar sobre a Personalidade a indigitar pelo Conselho de Opinião para o Conselho Geral Independente.

Reunião 03 de outubro de 2017, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Discussão e Aprovação da Proposta de Regimento do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S.A..

Reunião 24 de outubro de 2017, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um - Audição Diretores do Canal 2 e das Antenas 1, RDP África e RDP Internacional

Ponto Dois - Apreciação do Plano de Atividades, de Investimentos e Orçamento relativo ao ano de 2018, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 32º dos Estatutos da Empresa.

Reunião 08 de novembro de 2017, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um - Audição Diretores , de Informação da Televisão e de Engenharia e Sistemas e terá lugar no Auditório da Empresa.

Ponto Dois - Apreciação e votação do Parecer ao Plano de Atividades, de Investimentos e Orçamento relativo ao ano de 2018, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 32º dos Estatutos da Empresa.

Regime anterior	
Apenas os cidadãos nacionais residentes no território nacional, maiores de 17 anos, eram ofíciosa e automaticamente inscritos.	
Os cidadãos nacionais residentes no estrangeiro, para votar, tinham de promover a sua inscrição no recenseamento.	
O recenseamento dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro era voluntário.	
Os eleitores que promoviam a sua inscrição no estrangeiro identificavam-se mediante a apresentação do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e certificavam a sua residência com esse documento ou com o título de residência, emitido pela entidade competente do país onde se encontram.	
Independentemente do documento de identificação civil detido, todos os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro que promovessem a sua inscrição no recenseamento eleitoral português ficavam inscritos nos locais de funcionamento da comissão recenseadora (secção consular da Embaixada ou posto consular) correspondente à residência indicada no título de residência emitido pela entidade competente do país onde se encontram.	
Nas eleições para o Parlamento Europeu e considerando que os cidadãos portugueses residentes em países da União Europeia não eram automaticamente inscritos, devendo promover o seu recenseamento, faziam, nesse momento, uma declaração formal optando por votar nos deputados do país de residência ou nos deputados de Portugal.	
Os eleitores podiam alterar a sua opção posteriormente.	
Na eleição para a Assembleia da República, os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro apenas votavam por via postal.	

Alterações ao regime do Recenseamento Eleitoral e exercício do direito de voto no estrangeiro

Comissão Organizadora do Recenseamento Eleitoral dos Portugueses no Estrangeiro

corepe@mne.pt

Setembro 2018



COMUNIDADES
PORTUGUESAS

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades
Portuguesas



COMUNIDADES
PORTUGUESAS

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades
Portuguesas

3

Recenseamento eleitoral e exercício do direito de voto no estrangeiro.

Entraram recentemente em vigor alterações ao regime jurídico do recenseamento eleitoral e às Lei Eleitorais do Presidente da República e da Assembleia da República. Estes novos diplomas determinam, entre outras novidades, o recenseamento automático e oficioso dos cidadãos portugueses maiores de 17 anos que sejam detentores de cartão de cidadão com morada no estrangeiro, bem como a possibilidade de os mesmos exercerem o voto presencial nas eleições à Assembleia da República.

Quais são os próximos passos e as novidades introduzidas?

- A Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (Administração Eleitoral - AE) notificará cada eleitor, até 90 dias após a entrada em vigor da Lei nº 47/2018 (14 de Agosto de 2018), da sua inscrição automática no recenseamento eleitoral português, com base na morada constante do cartão de cidadão.

- Cada cidadão ficará inscrito automaticamente na comissão recenseadora da área da sua residência constante no cartão de cidadão.

- Caso não pretendam permanecer inscritos, os cidadãos notificados terão 30 dias para transmitir essa sua vontade junto da Administração Eleitoral (AE).

- De qualquer forma, os cidadãos portugueses inscritos no estrangeiro podem, a qualquer momento, solicitar o cancelamento da sua inscrição automática no recenseamento eleitoral.

- Por outro lado, e desde já, no ato do pedido de emissão ou renovação do cartão de cidadão, os cidadãos deverão obrigatoriamente optar pela manutenção ou cancelamento da inscrição, ficando essa informação registada no sistema informático.

- Aqueles cidadãos que sejam titulares de bilhete de identidade não ficam automaticamente inscritos no recenseamento eleitoral português, devendo promover a sua inscrição junto da comissão recenseadora da área da sua residência.

- Os cidadãos portugueses inscritos em Estado Membro da União Europeia são eleitores dos deputados de Portugal nas eleições ao Parlamento Europeu, salvo declaração formal de que optam por votar nos deputados do país de residência.

- Nas eleições à Assembleia da República, os cidadãos portugueses inscritos no estrangeiro passam a poder optar entre o voto presencial ou o voto por via postal, manifestando a sua preferência junto da respetiva comissão recenseadora até à data de marcação de cada ato eleitoral. No caso de não ser manifestada nenhuma preferência, os cidadãos portugueses inscritos no estrangeiro exercerão o seu direito de voto por via postal.

- Foi abolido o número de eleitor.

- Os cadernos de recenseamento passam a ser organizados por ordem alfabética dos nomes dos eleitores.

- Os eleitores são identificados, no ato de votação, apenas pelo nome e número de documento de identificação.

- Os cadernos de recenseamento são divididos, em cada assembleia de voto, de modo a que em cada um deles figurem sensivelmente 1500 eleitores (anteriormente, figuravam 1000 eleitores).

Mais informações:

Junto do posto consular da sua área de residência.

www.portaldascomunidades.mne.pt

www.cne.pt



Conselho das Comunidades Portuguesas

**COMISSÃO TEMÁTICA SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO, DA CULTURA,
DO ASSOCIATIVISMO E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (CEPECACS)**

PARECER

A comissão temática do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) para o Ensino do Português no Estrangeiro, Cultura, Associativismo e Comunicação Social (CEPECACS), reunida em Lisboa na Assembleia da República nos dias 19 e 20 de Setembro de 2018 e uma vez efetuados os encontros com os distintos convidados e personalidades que interatuam com a vida das nossas comunidades, considera importante apresentar o seguinte parecer ao Conselho Permanente (CP) para que seja avaliado, analisado e se assim o entenderem ser devidamente difundido.

No que se refere ao **Ensino do Português no Estrangeiro** e considerando que o governo através do Instituto Camões aposta na internacionalização da língua portuguesa, esta comissão recomenda:

1. O alargamento da língua portuguesa à via profissionalizante.

No que diz respeito à **Cultura** consideramos que há um evidente e importante déficit em propostas culturais na diáspora, por consequente esta comissão recomenda:

1. Maiores intercâmbios culturais, facilitando o acesso a toda oferta.
2. Promover mais e melhor divulgação radiofónica e audiovisual.



Conselho das Comunidades Portuguesas

**COMISSÃO TEMÁTICA SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO, DA CULTURA,
DO ASSOCIATIVISMO E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (CEPECACS)**

Quanto ao tema do **Associativismo** e considerando o empobrecimento e o envelhecimento das associações, a carência de líderes associativos das novas gerações, recomendamos:

1. Criação de ferramentas no âmbito da formação de novos dirigentes associativos.

Relacionado com o tema da **Comunicação Social** e no marco da divulgação e promoção de assuntos de relevo de y para as comunidades, recomendamos:

1. Promoção do ato eleitoral e participação cívica.
2. Promoção e divulgação de assuntos de relevo das comunidades.
3. Dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelo do CCP.

Lisboa, Assembleia da República, 20 de setembro de 2018.